



Por uma economia ética, social, solidaria e popular: entrevista com José Luis Coraggio

For an ethical, social, solidarity and popular economy:
Interview with José Luis Coraggio

Por una economía ética, social, solidaria y popular:
entrevista con José Luis Coraggio

José Luis Coraggio*

Entrevista concedida a:

Livia de Tommasi** 

Virginia Manzano*** 

RESUMO

Economista argentino, Professor Emérito da Universidade Nacional de General Sarmiento da Argentina, da qual foi reitor (1998-2002) e é hoje diretor acadêmico do Mestrado em Economia Social, José Luis Coraggio tem larga experiência como pesquisador, docente universitário e como consultor de governos e ONG nas áreas de economia e planificação regional e urbana, metodologias de pesquisa, planificação e análise de políticas públicas e economia social e solidária, tendo atuado em diferentes países como Argentina, Equador, México e Nicarágua. Fundador e coordenador da Rede Latino-americana de Investigadores em Economia Social e Solidária (RILESS). Nesta entrevista, ele discorre sobre aspectos teóricos e empíricos da economia social solidária e as diferentes abordagens e perspectivas existentes sobre a economia popular.

Palavras-chave: Economia social, economia popular, economia solidária.

*Universidad Nacional de General Sarmiento, Los Polvorines, Provincia de Buenos Aires, Argentina. Professor Emérito da Universidade Nacional de General Sarmiento, onde atualmente é Diretor Acadêmico do Mestrado de Economia Social. E-mail: jlcoraggio@me.com.

**Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Doutora em Sociologia, Professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós graduação em Sociologia da UFMG. E-mail: livia.detommasi@gmail.com.

***Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. Doctora en Ciencias Antropológicas, investigadora del CONICET y Profesora Asociada en el Departamento de Ciencias Antropológicas (FFyL, UBA) y en las Maestrías de Antropología Social (FFyL, UBA) y de Estudios Latinoamericanos del Trabajo (FFyL, UBA- CEIL/CONICET). E-mail: virginiamanzano@gmail.com.

ABSTRACT

José Luis Coraggio, an Argentinian economist, Professor Emeritus at the National University of General Sarmiento of Argentina, of which he was rector (1998-2002) and is now academic director of the Master's in Social Economy, has extensive experience as a researcher, university professor and as a consultant for governments and NGOs in the areas of economics and regional and urban planning, research methodologies, planning and analysis of social policies and social and solidarity economy, having worked in different countries such as Argentina, Ecuador, Mexico and Nicaragua. Founder and co-coordinator of the Latin American Network of Researchers in Social and Solidarity Economy (RILESS). In this interview, he discusses theoretical and empirical aspects of the social and solidarity economy and the different approaches and perspectives that exist on the popular economy.

Keywords: Social economy, popular economy, solidarity economy.

RESUMEN

Economista argentino, profesor emérito de la Universidad Nacional General Sarmiento de Argentina, de la que fue rector (1998-2002) y hoy director académico de la Maestría en Economía Social, José Luis Coraggio tiene amplia experiencia como investigador, docente universitario y consultor de gobiernos y ONG en las áreas de economía y planificación regional y urbana, metodologías de investigación, planificación y análisis de políticas sociales y economía social y solidaria, habiendo trabajado en diferentes países como Argentina, Ecuador, México y Nicaragua. Fundador y co-coordinador de la Red Latinoamericana de Investigadores en Economía Social y Solidaria (RILESS). En esta entrevista analiza aspectos teóricos y empíricos de la economía social solidaria y los diferentes enfoques y perspectivas que existen sobre la economía popular.

Palabras clave: Economía social, economía popular, economía solidaria.

Em tempos de profunda desorientação da esquerda em escala global, de descrença nas possibilidades de transformação coletiva e de polarizações políticas agonísticas que afastam a maioria, a voz de José Luis Coraggio é um ar que sacode. Suas palavras claras e precisas percorrem uma trajetória exemplar de engajamento político e intelectual no continente latino-americano. Coraggio nos lembra que as lutas políticas não podem ser separadas de transformações econômicas profundas, orientadas por uma visão da economia que não se reduz ao economicismo, ou seja, não é sinônimo de mercado; uma economia multidimensional, que contemple a cultura, a política, a história e que coloque no centro a ética, os valores, o compromisso com a resolução das necessidades de todas e todos. Para ele, é na vida cotidiana, nas práticas econômicas dos setores populares no interior do sistema capitalista que se encontram os germes da transformação.

Mas, as condições para essa transformação não estão dadas, os pobres não são lócus natural de práticas contrahegemônicas, a economia popular não é naturalmente solidária. É preciso realizar um trabalho político e pedagógico, produzir subjetividades, para articular as práticas de diferentes setores econômicos, dos vendedores ambulantes aos trabalhadores das empresas recuperadas, dos trabalhadores informais aos assalariados, formais ou precários, dos desempregados aos autônomos, para promover um salto de escala, do nível micro ao nível macro, para construir uma outra economia. Isso distingue a proposta de economia social e solidária, articulada com a economia popular, das propostas que visam somente promover pequenos empreendimentos entre os pobres.

Na Nicaragua pós-revolução sandinista, Coraggio abandona o mundo acadêmico percebendo as limitações de seu alcance; voltará para a academia muitos anos depois, na Argentina, movido pela percepção da necessidade de pensar e construir um projeto transformador de ensino superior, centrado na pesquisa engajada, na produção do conhecimento. Nessa Universidade, a Universidad Nacional de General Sarmiento, criará o curso de bacharelado em Economia Política e um Mestrado, inédito até então, em Economia Social, para investigar as práticas econômicas populares e sistematizar o desenho de uma Outra Economia, projeto que condensa sua trajetória no campo dos estudos econômicos.

Coraggio morou e trabalhou em México, Nicarágua e Equador, além da Argentina, sua terra natal. Viajou ao Brasil inúmeras vezes, tecendo com os

colegas brasileiros uma rede que foi particularmente significativa nos anos dos governos da coalizão dirigida pelo Partido dos Trabalhadores, quando foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária dirigida por Paul Singer. Durante alguns anos, acompanhamos suas visitas em São Paulo e presenciamos sua grande capacidade de se dirigir a públicos distintos (militantes, acadêmicos, trabalhadores dos setores populares, dirigentes governamentais) mudando a forma mas não o conteúdo, expondo com muita clareza seu pensamento, escutando com paciência e humildade e contagiando a plateia com sua profunda convicção na capacidade coletiva de construir, junto com uma outra economia, outro mundo possível.

Esperamos que essa entrevista contribua com a difusão de seu pensamento, sobretudo entre as novas gerações, ampliando o interesse sobre sua obra. Nesta entrevista, escolhemos centrar nossa conversa sobre sua proposição de uma economia social e solidária; mas, Coraggio tem uma vasta produção que aborda outros temas: a cidade, o ensino superior, o papel dos organismos internacionais.¹

Deixamos nosso agradecimento à sua disponibilidade e acolhida calorosa, suas palavras que revigoram a vontade de lutar para construir um mundo mais justo e solidário.

Livia de Tommasi (LT): ¿Cómo narras hoy tu trayectoria política e intelectual en el campo de la economía y la política?

José Luis Coraggio (JLC): Al comienzo de los años 1960, ingresé a la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires para hacer la licenciatura en Economía Política. Mientras estudiaba, trabajaba en el Consejo Federal de Inversiones, la primera institución de planificación nacional que hubo en Argentina. Ahí participé en la elaboración de un documento denominado “Bases para el Desarrollo Regional Argentino”, que analizaba cómo tenía que estructurarse regionalmente la Argentina para desarrollarse, para lo cual usamos la teoría de François Perroux. En ese momento la Facultad lanzó un programa con la Fundación Ford, para seleccionar un grupo que iría a hacer el doctorado en universidades de Inglaterra o Estados Unidos. Fui elegido entre otros y decidí irme a la Universidad de Pennsylvania, donde había un grupo fuerte de estudios neoclásicos. Yo era crítico del pensamiento neoclásico, que era el que predominaba en ese momento junto con el keynesiano, pero quería conocer a fondo cómo pensaban.

¹ A maioria dessa produção pode ser encontrada em: <https://www.coraggioeconomia.org>

Cuando retorné a Argentina en 1968, entré al Instituto Di Tella, un Instituto de Ciencias Sociales muy novedoso e interesante. Posteriormente, en 1971, me invitaron de la Universidad Nacional del Sur para dirigir su Departamento de Economía, con el objetivo de actualizar la carrera. Diseñamos una carrera pluralista en que se daba cabida a todas las corrientes con un criterio crítico y no ideológico. A través de concursos con jurados indiscutidos logramos que entraran muchos profesores de primer nivel que no conseguían trabajo en las universidades argentinas porque estaban en las listas negras del gobierno militar. Tras ello, volví al Instituto Di Tella, pero unos años después, cuando se instaura otra dictadura militar, la del año 1976, decidieron que lo que había pasado en el Sur, cuando estaba como director, era un proceso de infiltración ideológica marxista y nos estaban buscando para meternos presos. Me recomendaron que saliera del país y me fui a Brasil. Cuando entendí que ya no se podía volver decidí irme a Estados Unidos y de ahí a México. No quise dejar América Latina y me incorporé al Colegio de México, donde diseñamos una maestría en estudios urbanos y regionales; pero al cabo de un tiempo me cansé de ser académico, de publicar con lenguaje científico en revistas académicas. Así que terminé en Nicaragua, donde en el año 1979 había triunfado la Revolución Sandinista, y me quedé seis años aprendiendo muchísimas cosas.

Esa experiencia de tratar de transformar efectivamente una realidad social fue realmente un giro en mi vida. Trabajé en el sector agrario y también en una ONG presidida por un jesuita, Javier Gorostiaga, que tenía como función tratar con los cooperantes extranjeros y armar una red de centros de investigación en Centroamérica y el Caribe buscando construir un proyecto de paz en una zona donde Estados Unidos financiaba los “contras”, había luchas en Honduras y en El Salvador. Una de mis funciones era explicar a los cooperantes extranjeros por qué la Revolución Sandinista era democrática, no era como la Revolución Cubana que, aparte de todos sus logros sociales y políticos, no tenía instituciones democráticas. En Nicaragua había elecciones, había partidos políticos, se podía entrar y salir del país. Para eso me puse a estudiar Ciencia Política y escribí algunos trabajos sobre la revolución sandinista que han sido bastante citados y ahora han sido reeditados.

De ahí pasé a Ecuador a trabajar en un Centro de Investigaciones (Ciudad) dedicado al estudio de problemas urbanos junto a los propios movimientos sociales urbanos. A partir de una experiencia que viví con la campaña de

alfabetización, me concentré en estudiar el tema de la educación popular. Dicté clases de epistemología, en Flacso, en la Maestría de Estudios Sociales. Con otros compañeros había estudiado Epistemología por mi cuenta, en un curso privado impartido por Raúl Sciarreta; había estudiado Ciencia Política y Antropología, me había metido en la educación popular, todos campos que a mi juicio debían ser base de una comprensión de lo que llamamos economía. De Ecuador me fui a Estados Unidos, para tratar de elaborar una pedagogía de la enseñanza superior, cuando me invitaron a Argentina para organizar una nueva Universidad que quería ser distinta a las demás. Me dije: “bueno, vuelvo a Argentina, si me dejan que plantee una pedagogía nueva”. Por lo pronto, a esa Universidad se ingresaba como investigador y no como profesor, se debía tener experiencia como investigador y producir conocimiento, no sólo transmitirlo.

Así, después de casi veinte años afuera, volví para trabajar en la creación de la Universidad Nacional de General Sarmiento, donde organicé el Instituto del Conurbano. En 1998 terminé siendo el primer rector electo de la Universidad. Fue una experiencia muy importante para mí, en un momento que había un gobierno neoliberal, el de Carlos Menem, y desde mi papel como rector estudiaba y luchaba contra las políticas orientadas por el Banco Mundial para la educación superior. Antes de salir del rectorado propuse que se creara una carrera de economía política, porque en las universidades se enseñaba economía, pero no economía política; se enseñaba la economía microeconómica, neoclásica, etcétera. Se creó también una maestría en economía social que he dirigido por veinte años con la invaluable complicidad de Susana Hintze, Ruth Muñoz y Natalia Quiroga como sucesivas coordinadoras académicas. Ese proceso para mí fue muy importante porque no había posgrados en ese tema, ahora hay aproximadamente cuarenta entre América Latina y España. Iba desarrollando con otros profesores la maestría y estudiando, desarrollando una propuesta de teoría y prácticas para Otra Economía que llamamos Economía Social Solidaria en la que la Economía Popular tiene un papel fundamental.

Virginia Manzano (VM): A partir de tu trayectoria, quisiéramos saber en qué medida el entrecruce de tres circunstancias te ayudó a precisar tu visión de la economía social: la primera, tu preocupación permanente por disputar las ideas dominantes sobre lo económico. La segunda, tu experiencia en Nicaragua, particularmente la coordinación de la encuesta de Hogares en Managua. Y, la tercera, el vínculo con el campo intelectual francés.

JLC: Podría decir que, desde el comienzo, y durante sesenta años, me he dedicado a criticar las versiones hegemónicas en el campo de la economía. Una de las críticas es al economicismo, entendido como la reducción de la teoría de la economía y de las prácticas económicas a la economía de mercado: producir, vender, ganar, distribuir, consumir y satisfacer las necesidades a través del mercado. Lo que fui desarrollando es que la economía es siempre social, no es solo economía como economía de mercado, sino que está interpenetrada por la sociedad, por sus conflictos, por la política, por la cultura, por los valores, por las instituciones que no aparecen a simple vista como económicas. Para entender lo económico, para actuar en lo económico, hay que entender esa realidad, que es muy difícil de teorizar, porque la economía como “ciencia” trabaja con un modelo matemático muy bonito, todo perfecto, pero eso no tiene mucho que ver con la realidad. La economía es un ente multidimensional, donde la cultura, la política y la historia no son esferas externas, sino que juegan un papel importante. Esto es lo que he venido sosteniendo bajo el manto de economía social y, por supuesto, hay muchos otros que piensan lo mismo, así que no he estado solo en esto: adjetivamos la economía como social para enfatizar la relación del proceso de producción, distribución, circulación y consumo con la sociedad, con la política, con la cultura. A diferencia de ello, lo que plantean los neoliberales es que hay que dejar librada la economía de mercado a sus propias leyes (básicamente la formación de precios mediante la oferta y la demanda), que no tiene que haber intervención política ni social, no tiene que haber sindicatos, movimientos culturales, feministas, nada por el estilo. Todo tiene que ser definido por la oferta y la demanda en el mercado.

Bueno, esa es una característica de la teoría que llamamos Economía Social que, en términos académicos, implica un enfoque multidisciplinario. Es más que eso en realidad, porque no es que uno toma las disciplinas científicas tal como están y las combina, eso no funciona. Además de que hay dimensiones que tratan las disciplinas hermenéuticas, como la filosofía. Ahora, esto es complicado. No se pueden hacer teorías con funciones matemáticas de esta realidad tan compleja. Las construcciones teóricas deben estar abiertas, y hasta cierto punto ambiguas, sin pretender constituirse en un modelo cerrado.

El paso por Nicaragua fue un acontecimiento central en mi vida. En Nicaragua había tres corrientes políticas fundamentales: una socialista, más cercana a Cuba; otra más nacional, centrada en el pensamiento de Sandino;

y la tercera proveniente de la Teología de la Liberación. Yo me vinculé más con la gente de la Teología de la Liberación y los sandinistas propiamente dichos. Y esto implicaba una cercanía no burocrática con los sectores campesinos, informales y urbanos. Seguía las políticas públicas del gobierno de la Revolución y me parecía que había una disonancia entre el discurso de la Revolución y lo que la gente entendía. Entonces, armé una encuesta de hogares en la ciudad de Managua para ver qué pasaba. Y encontramos cosas muy interesantes, como que la gente oía y entendía algo totalmente distinto de lo que estaban diciendo, por más que los comunicadores trataban de hablar lo más claro posible, había un problema de lenguaje, de términos.

Fue ahí que necesité hablar de la economía popular y de la comunicación en un proceso de transición revolucionaria, lo que implicaba definir qué era eso de economía popular. Cuando me fui a Ecuador, seguí con ese tema de la economía popular, que lo fui definiendo como la economía no de los pobres, sino de las y los trabajadores. Los explotados en una relación salarial formal, los explotados en una relación salarial precaria, los explotados informales que trabajan por cuenta propia, los desempleados, los trabajadores domésticos, etcétera. En otras palabras, la clase trabajadora en toda su variedad compondría esto que llamamos la economía popular, sus actividades y sus recursos, cuyo sentido es la reproducción y desarrollo de la vida. O sea, el sentido de la economía popular no es acumular o enriquecerse. Esto no quiere decir que no haya trabajadores que acumulen, se enriquezcan o que puedan convertirse en empresarios; pero el sentido originario es vivir mejor, la vida es el sentido, no la acumulación de riqueza. Las riquezas son los bienes y servicios que satisfacen las necesidades, y el sentido de la economía es generarlos para todos.

Y esto que habíamos dicho acerca de una economía que tiene relaciones que no son solo las de mercado nos fue llevando a incluir otras formas de relacionamiento que ya las había planteado Karl Polanyi como parte de la corriente de economía sustantiva. Por ejemplo, relaciones de comercio administrado, de eso había mucho en Nicaragua, o sea un comercio que no está definido por la oferta y la demanda libre; o como la relación de reciprocidad, donde no es toma y daca, sino un don: yo doy esperando recibir en el tiempo algo a cambio, hay mucho de este tipo de relaciones en la economía popular de nuestros países, en las comunidades indígenas por supuesto; relaciones de redistribución necesarias para evitar la polarización

social. Los neoliberales dicen que es una aberración que se redistribuya porque es robarle al que ganó para darle al que no trabaja. En toda sociedad, mostraba Polanyi, hay algún mecanismo por el cual la sociedad hace un fondo de salvaguarda del funcionamiento de la economía para redistribuir a favor de los que morirían si no contaran con ello.

Esa multiplicidad de relaciones servía como un marco conceptual para ir pensando en la realidad de la economía popular, especialmente cuando muchos intelectuales comenzaron a desarrollar y circular esas ideas por el resto de América latina, como Bolivia, Ecuador, Chile, Argentina, Brasil, México. Había en Chile una base importante de autores sobre la economía solidaria, Luis Rasetto, en particular, que, entre otros conceptos de una producción intelectual muy creativa, consideraba a la economía solidaria como una economía de los pobres, cuyo objetivo era que los pobres fueran solidarios entre sí y eso les permitiría salir de la pobreza, inspirados por una conversión a los valores cristianos. Lo que nosotros planteamos es que la solidaridad no está dada, la economía popular no es solidaria por naturaleza, sino que puede ser salvajemente competitiva, destructiva del otro. Lo de la solidaridad en la economía popular es un proyecto, un programa que hay que impulsar, y no implica la contraposición natural siempre ya dada entre una economía empresarial, competitiva y destructiva frente a una economía popular constructiva y solidaria.

La idea de la economía popular se concreta un poco más cuando planteamos que la economía es una economía mixta de tres sectores: la economía del sector empresarial capitalista, cuyo sentido es la acumulación y la ganancia; la economía pública, cuyo sentido debería ser el bien común, pero a veces consiste en acumular poder particular, en lograr gobernabilidad, en contener políticamente a los excluidos; y la economía popular, ya no como un sector informal que está en los intersticios de la economía, sino como un gran sector de la economía cuya existencia y relevancia no eran reconocidas.

Parte del trabajo que hicimos desde la Maestría, mediante las tesis de los estudiantes y el trabajo de investigación, fue mostrar a esa economía popular, cómo funcionaba a nivel micro, cómo se articulaba con el nivel meso y qué efectos tenía a nivel macroeconómico. Por ejemplo, en Ecuador y en México había trabajadores de la economía popular que emigraban a Estados Unidos, España y Canadá para mandar remesas de ingresos a sus familias. Cuando sumamos todas esas remesas mostramos que eran el principal rubro de

exportación; se exportaba fuerza de trabajo y eso no lo hacía el Estado, no lo hacían las empresas, lo hacía la economía popular. En Ecuador, la dolarización no hubiera funcionado si no fuera por esas remesas de dólares que venían del exterior. Fuimos planteando la importancia de la economía popular e incorporamos elementos filosóficos y teóricos importantes, no solo Polanyi, sino que también trabajamos las obras y el diálogo con Frank Hinkelammert, Henry Mora, Enrique Dussel, filósofos de la Teología de la Liberación que planteaban que la economía está regida por la ética. No porque uno le quiere imprimir un mandato moral, sino porque tiene una ética, o sea, tiene un sentido, un deber ser, que es la reproducción de la vida y si no cumple con ese sentido la sociedad se destruye. Es decir, incorporamos la función de la ética en la economía como un principio, algo intrínseco a la economía. El neoliberalismo tiene un principio ético que dice que los seres humanos no tenemos valores salvo los irracionales, como los religiosos, que nosotros somos pura objetividad y que lo que importa es la libertad irrestricta de los individuos para ganar, para acumular, que no debe tener ningún tipo de restricción por el Estado o por la política, por la sociedad; o sea, un individualismo extremo que en la teoría aparece como el *homo economicus*, un individuo que calcula y que está libre de todo tipo de determinación extramercantil, un mero agente de las fuerzas del mercado.

El paso por Nicaragua también fortaleció mi voluntad de no escribir exclusivamente para un público académico, me pregunté: ¿Para quién estoy escribiendo lo que escribo? Para activistas, para los que quieren cambiar la economía en el sentido de una economía más democrática, más al servicio de las mayorías. Entonces el lenguaje que ustedes verán en mi trabajo no es cerrado, con términos complicados, puede ser que alguno se me escape, pero básicamente es un lenguaje más llano. Esto no quiere decir que las ideas no sean profundas. Por supuesto que esto limita el alcance que pueden tener con la cofradía de “los economistas serios”, los que hablan con modelos matemáticos. Comenté al principio que habíamos usado a Perroux en el Consejo Federal de Inversiones, y justamente los economistas europeos llamaban “guitarrero” a Perroux porque él hablaba de la política, hablaba de la cultura, hablaba de dimensiones que no eran la economía de mercado. Entonces todas estas experiencias me cambiaron el estilo de comunicación en el trabajo académico.

Por fin, las relaciones con el campo intelectual francés. Como estábamos inaugurando en América Latina un campo académico (no es que no hubiera gente que escribiera sobre las cosas que hablamos nosotros, pero no había un programa académico de posgrado sobre él) nos vinculamos con las universidades europeas, particularmente con Francia. Fue así como conocimos la obra de Jean Luis Laville, quien era un referente de la economía social solidaria en Europa. Establecimos vínculos de intercambio muy importantes, organizamos publicaciones conjuntas, aprendimos con él, también con Allain Caillé (director de la revista *Mauss*, orientada por el antiutilitarismo) y con otros autores, y supongo que ellos algo aprendieron de los pensadores y procesos de América Latina. Tradujimos muchas obras de autores europeos afines a nuestro pensamiento en el marco de una colección de lecturas de economía social para que pudieran usarse en la formación académica. Fue una relación muy rica. Organizamos una red que se llamaba Riless (Red de Investigadores Latinoamericanos de la Economía Social y Solidaria), en colaboración con Flacso-Ecuador, El Colegio Mexiquense y Unisinos en Brasil, en particular con Luis Inácio Gaiger, donde Jean Luis asumió como uno de los miembros del Consejo Consultivo. Hasta ese momento, los académicos no se identificaban como investigadores de la economía social-solidaria o popular solidaria, por eso mismo teníamos que crear una red a partir del reconocimiento mutuo en este campo para generar el autorreconocimiento. Convocamos a concursos para que la gente se fuera visibilizando, se terminó de armar la red y también colaboramos mucho con Emes, una red equivalente en Europa en que Laville tenía un papel central. En suma, fue muy importante el pensamiento europeo en nuestra formulación de la economía social, quizás no tanto el español porque la economía social se asociaba a las empresas de orientación social, en el sentido de que producían y tomaban decisiones como una empresa de mercado, pero esos resultados se usaban para fines sociales. Ante ello, lo que nosotros planteábamos era que había que cambiar las relaciones de producción mismas, no solo el uso de los excedentes de la producción (la redistribución). En la misma línea de construcción interinstitucional, en 2007, con compañeros como Gonzalo Vázquez, Susana Hintze y Daniel Maidana se creó la revista virtual *Otra Economía* y, desde 2014, se impulsó la creación de la Ruess (Red de Universidades de Economía Social y Solidaria) asociándonos con equipos de 50 universidades y con redes del cooperativismo o municipales.

LT: En tu último libro escribiste: “en los modos de resolución de las necesidades se juega buena parte de la lucha contra-hegemónica”. Mi cuestión es sobre esta imposibilidad de separar, como tú planteas, la emancipación económica de las luchas políticas ¿Cómo ves hoy esta relación entre lo económico y las luchas políticas de los sectores populares?

JLC: Veamos primero lo de las necesidades. La cuestión del consumo aparece hoy con mucha claridad como un camino de la dominación de las mayorías, el fenómeno que llamamos consumismo muestra con claridad que hay que diferenciar entre necesidades y deseos. En cuanto a las necesidades, por ejemplo, si tengo hambre y debo comer, la necesidad es de alimento, pero puedo satisfacer el hambre de muchas maneras: comiendo en mi casa, en familia, en un comedor comunitario donde me asisten porque soy pobre o en un hotel de lujo. Es decir, comer es mucho más que tragar cosas, hay relaciones simbólicas alrededor de ese acto. Cuando uno toma una Coca Cola se supone que le han trabajado la cabeza para que piense que está esquiando en el Himalaya con jóvenes que le acompañan y uno la toma con la sensación de que está participando en un mundo ideal. La propaganda juega un papel muy importante, impulsa el deseo, más que la necesidad. Las necesidades son pocas: hay que comer, hay que refugiarse, hay que estudiar, hay que tener seguridad, como dice Alfred Max-Neef, son pocas las necesidades, pero muchos los satisfactores. El deseo es infinito. Nunca estamos satisfechos, el consumismo hace que siempre queramos otra cosa, siempre deseamos otras cosas. Y usan técnicas como la obsolescencia programada, por ejemplo, hay que estar cambiando de teléfono cada año, lo que genera una masa de residuos a nivel global que la naturaleza, no puede asimilar. El capitalismo es salvaje y cada vez más te domina por el consumo. Nosotros siempre solemos hablar de la deuda externa, pero esta es la deuda del consumo; la población está endeudada a través de las tarjetas de crédito para consumir. El consumo es un instrumento de la hegemonía porque está en el sentido común que uno debe tener un teléfono que le permita comunicarse de determinadas maneras con otros, que tiene que cambiar de ropa o de auto o lo que fuera siguiendo las modas que promueve el capital. Las clases medias, pero también los sectores más bajos, tienen esta ansiedad irreflexiva por consumir. Los ecologistas dicen: “Mira que si seguimos consumiendo teléfonos de este modo habrá un momento en el que la tierra no podrá absorber toda esa basura electrónica”. Es una explicación

racional, pero la gente igual compra el teléfono, justamente porque el sentido común no le hace pensar sistémicamente que va a pasar con el planeta tierra. Entonces parte de la lucha por construir otra economía está relacionada con el cambio en la cultura del consumo. En tal sentido, los recicladores urbanos de las ciudades de América Latina están mostrando que lo que se considera basura y desechable puede ser utilizado como materia prima útil y es una forma racional de manejar de manera circular la producción y los desechos de la producción, a la vez que se pueden reducir los residuos, el packaging de plásticos, etc. Del mismo modo la búsqueda irrestricta de máximas ganancias da lugar a productos cuyos efectos nocivos para la salud son ocultados. Criticar, desde la perspectiva de la vida humana y natural, el modo de producir y el modo de consumir es parte de la lucha contra-hegemónica.

VM: En Argentina, distintos programas que usualmente se crean en momentos de crisis se anuncian públicamente como incentivos a la economía social o popular. Más reciente, también aparece un movimiento social que se autodefine y reivindica al sujeto de la economía popular, desde sus orígenes, como CTEP (Confederación de Trabajadores de la Economía Popular) hasta su reorganización como UTEP (Unión de Trabajadores de la Economía Popular). ¿Qué opinas sobre estos procesos políticos, tanto los referidos a la política pública como al movimiento social?

JLC: En el lenguaje común el término economía social, en particular en la Argentina, tiene distintas vertientes. Una representada por la economía tradicional de las cooperativas, mutuales y las asociaciones que venían de Europa del siglo XIX. Hay otra concepción que identifica la economía social como un derivado del término política social. En los años 1980, el Banco Mundial llegó a la conclusión de que no iba a haber más empleo a nivel global, a pesar de que hubiera crecimiento, entonces nos dijo: “vamos a concentrarnos no tanto en el crecimiento como en las redes de protección a los pobres extremos, los que se caen del sistema.”. Es ahí cuando surgen una serie de políticas sociales focalizadas que el Banco Mundial formatea e impulsa. Estas políticas tenían que ver, por ejemplo, con la educación básica, los primeros tres años de primaria, la salud básica, un centro de vacunación y la atención primaria de la salud, todo básico, es decir mínimo, elemental. Y cuando el problema se convirtió en un problema de alimentación, de hambre, empezó el reparto de alimentos. Hubo un momento hacia fines del

siglo pasado que apareció esto de “no hay que darles el pescado, sino la caña de pescar”. Es así como surge la idea del emprendedorismo, de organizar a los pobres, los que no consiguen un trabajo asalariado con un ingreso para sobrevivir, para que, por su cuenta, sin patrón, produzcan algo, lo vendan en el mercado y con eso compren lo que necesitan para vivir. A esas políticas, que venían de la matriz de las políticas sociales que distribuían bienes o servicios de vida, como dije antes, se las llamó de economía social. Economía en este caso significa economía de mercado. Eran políticas para reintegrar al mercado a quienes eran excluidos del él; no se trataba de la capacitación para conseguir un trabajo asalariado, sino que se incentivaba la capacidad de producción, siempre a nivel muy limitado, pequeño. Armábamos grupos de personas para ver cómo se organizaba un emprendimiento y decíamos: ¿qué sabe producir cada uno? Y había gente que decía: “yo no sé producir nada”. Eran mujeres que cocinaban, lavaban, planchaban, limpiaban, que construían la vivienda, cuidaban personas, o sea, sabían hacer montones de cosas, pero como no las vendían en el mercado, no las consideraban producción. Entonces, se empezó a organizar eso, se crearon banquitos de microcrédito, sistemas de donación de herramientas y de algún tipo de aparato como un horno para producir el pan o una máquina de coser. Se puso en marcha todo esto como una política de economía social, pero no en el sentido que yo dije al comienzo en tanto relación entre economía y sociedad, sino social en el sentido de “para los pobres”. Con un tono asistencialista muy grande y con unas limitaciones enormes porque a ese nivel no había cómo pasar a un sector potente de economía popular, productivo, importante a nivel de la nación. En otros países, en Brasil, Colombia, Uruguay y Chile se hablaba de economía solidaria, pero se estaban refiriendo siempre a lo mismo: pequeñas actividades de pequeños grupos que se asocian para producir y vender, tener un ingreso y con eso sobrevivir o vivir. Por otro lado, el término “economía solidaria” también estaba atado a la idea de que se reúnen, son solidarios entre sí, pero no estructuralmente solidarios con respecto a otros emprendimientos, como cuando se constituían cadenas de producción complementaria o emprendimientos que producían verduras podían asociarse para armar una feria y vender juntos. Pero en general, cuando se dice solidaria, incluso en la Constitución del Ecuador, cuando se habla de economía popular solidaria, se piensa en cooperativas. Raramente la solidaridad a nivel del sistema económico en su conjunto, sino organizaciones de trabajadores por cuenta

propia, asociados equitativamente. La tendencia a hablar de solidario se da en el nivel micro. Sin embargo, en las discusiones con Laville, veíamos que hay una solidaridad democrática, por ejemplo, cuando el Estado hace de mediador con el sistema fiscal y toma recursos de los que más tienen y los transfiere como bienes públicos o como transferencia monetaria, como el caso del Bolsa Familia, a los sectores que tienen menos. Eso es solidaridad, pero mediada por el Estado. Democrática porque si la mayoría en el sistema democrático plantea su necesidad, el Estado va a tener que resolver, garantizar esa condición.

VM: El otro aspecto de la pregunta era acerca de tu opinión sobre el proceso político de formación de un movimiento social en el campo de la economía popular.

JLC: Con otros compañeros, trabajé mucho en Ecuador. Con el proceso de la Constituyente los movimientos sociales, los mismos que habían logrado que hubiese un gobierno popular, introdujeron el tema de la economía popular solidaria, con esas limitaciones que señalaba anteriormente, pensada como organizaciones microeconómicas. El Gobierno de Rafael Correa no creía en eso; era neo-desarrollista como en Argentina los gobiernos del kirchnerismo, o como lo era también Chávez en Venezuela e incluso en buena medida Evo Morales en Bolivia. Se trataba de captar excedente a nivel mundial (era la época de las *commodities*) para invertirlo, industrializar y generar empleo. Era un proyecto válido, pero que ya había demostrado que no funcionaba bien y además no tenía en cuenta el alcance de la economía popular. Cuando caen algunos de estos gobiernos de orientación nacional y popular, aún la limitada política de economía popular se desinfla porque no hay un sujeto político de la economía popular que defienda ese programa. Los trabajadores de la economía popular dependen de la ayuda del Estado y cuando el Estado deja de ayudar, se pierde el ímpetu de esa economía.

En la Argentina pasó algo muy interesante porque, impulsado entre otros por Juan Grabois, se reconoce públicamente como parte creadora de riqueza de la economía a los trabajadores que se llamaban de la economía popular, que de partida eran los pobres y excluidos, pero ahora reconocidos como trabajadores por cuenta propia, sin patrón, a la vez que un trabajador asalariado informal no era considerado parte de la “economía popular” para esa construcción conceptual. Entonces eran micro emprendedores, hombres y mujeres que sí trabajaban, que por primera vez se les reconocía ese trabajo

con un salario complementario provisto por el Estado; política que luego se llamó Potenciar Trabajo. Pero, además, se hizo un esfuerzo de organización, incluso en la última fase hubo representantes de las organizaciones de estos trabajadores en el Ministerio de Desarrollo Social. Entonces surgió una organización que es la CTEP, que se caracterizaba por hablar de la economía popular como un sector grande e importante de la economía y se planteaba su desarrollo. Se planteaba, por ejemplo, que la economía popular podía construir hábitat urbano, u otras actividades de gran envergadura. Se hablaba de un plan de desarrollo humano, donde la economía popular tenía un papel fundamental, una visión más sistémica de la economía popular. Pudieron hacer que las leyes reconocieran estas organizaciones. Esta dinámica, entiendo que no hubo en otros países. En nuestro caso, el Estado es muy central, pero también se dio la organización desde la sociedad – entonces eso es lo que valoramos en el último libro que publicamos con Erika Loritz: “Economía popular. Entre la emergencia y la estrategia”, que empezó además reconstruyendo esa historia con los piqueteros. Durante la década de 1990, con el gobierno neoliberal de Menem, se empezaron a cerrar empresas públicas en ciudades donde eran la única fuente de trabajo y los trabajadores salían a las carreteras, a cortar las carreteras, armando piquetes para reclamar trabajo. No reclamaban comida, reclamaban trabajo. Bueno, una parte importante del movimiento piquetero se fue desarrollando y convirtiéndose finalmente en esto que llamamos la Utep. Este movimiento continuó siendo eficaz incluso con el Gobierno de Macri, que tuvo que mantener los mecanismos de apoyo a la economía popular. Ahora no, el gobierno actual, que es salvajemente anarcocapitalista como se llama a sí mismo, ha destruido todos esos mecanismos de apoyo a la economía popular, considera que la gente que está desocupada, si se la deja librada a su suerte, finalmente sabrá cómo trabajar. Entonces ese movimiento está debilitado ahora, aunque sigue funcionando, sigue vivo y eso es muy importante.

LT: En los últimos años, el concepto de economía popular se ha retomado con fuerza por un conjunto de autores, que tú citas en el capítulo 10 de tu último libro, como Nico Tassi y Fernando Rabossi, que discuten el papel de la economía popular en la escala de la economía global, o Verónica Gago, que propone la definición de neoliberalismo desde abajo. Reconociendo la importancia de estos trabajos, tu planteamiento sobre economía popular y solidaria presenta algunas diferencias con la propuesta de estos autores. Entonces, me gustaría que charlemos un poco sobre eso.

JLC: La contribución que ha hecho este grupo de autores es importante para la comprensión de esta problemática. Por ejemplo, Verónica Gago ha hecho estudios muy valiosos, etnográficos y sociológicos, sobre La Salada, que es una feria gigantesca, la más grande de América latina. Son pequeños productores, pequeños talleres que producen, que copian las marcas de moda y que venden ahí; y la gente, incluso desde otros países, va a comprar para revender. Y eso es economía popular, no me cabe la menor duda. Están haciendo un trabajo empírico muy valioso para entender que hay adentro, porque hay una heterogeneidad enorme, hay relaciones de explotación, hay un empresario que contrata trabajadores indocumentados, los tiene encerrados en un local, trabajando 15 horas diarias, les paga apenas lo suficiente para que sobrevivan y eso está dentro de La Salada. Hay delincuencia que tiene que ver con La Salada, no es solo la belleza del trabajador autónomo ni nada por el estilo. Hay también trabajadores autónomos y hay escala, es una escala gigantesca la de La Salada. Es un trabajo que se vincula con el comercio global. En este caso tenés una gran escala y una productividad de conjunto, no es el emprendimiento individual del que estábamos hablando antes. Esto es una economía popular a gran escala. En el libro de mi coautoría que mencionaste, damos unos pocos ejemplos de casos de gran escala de economía popular solidaria, por ejemplo, el caso de Lima, donde se creó Villa Salvador, que es una organización que comenzó con un asentamiento informal en el desierto y fueron autoconstruyendo, hoy tiene casi 450.000 habitantes y está perfectamente. Hay muchos casos para mostrar que la economía popular no es esto de la economía de los pobres, que puede ser marginal pero no necesariamente lo es y que se puede articular con las empresas capitalistas.

Ahora, hay disonancias. Por ejemplo, en uno de sus trabajos Juan Grabois, que es un dirigente social e intelectual muy importante del campo popular, dice que creer que la economía popular puede disputar una parte del mercado al capital es no entender nada. Es un error, porque él define como economía popular a la que protagonizan los pobres y los excluidos. Aun así, los pobres y los excluidos producen cosas para el propio consumo satisfaciendo sus necesidades o de otros sectores que los adquieren en el mercado, o sea que sí pueden competir, en su medida y con relación a ciertos productos. Y hay que incluir en la EP a los trabajadores asalariados calificados, y a los de las fábricas recuperadas. Ahora que una definición amplia es importante

no solo económica sino también políticamente, porque los trabajadores pobres, los excluidos, los que no tuvieron educación, los que no tienen un hábitat decente, etcétera, tienen que aliarse con los trabajadores de los sindicatos, con las clases medias, si se trata de transformar estructuras o incluso de subsistir todos en mejores condiciones de vida. Si incluimos esos trabajadores como parte de la economía popular, resultan otras posibilidades. Por ejemplo, una empresa recuperada que brinda su espacio como espacio público a organizaciones de la cultura popular para que puedan ejercer su actividad. Hay una solidaridad de un sector que está bien, que tiene buen ingreso, con sectores que viven de un trabajo no remunerado. Otra cosa que señalan autores como Alexandre Roig es también muy importante, me refiero al papel de la deuda en la economía. ¿Cómo se los sujeta? No solo por los precios de los insumos o control de los mercados, sino por la deuda, esto que decíamos antes del consumo, la deuda para el consumo, pero también la deuda para los insumos, para la producción.

Otra coincidencia que tenemos es acerca de la tendencia a permanecer de esta economía, no es coyuntural. En otras visiones se piensa que cuando hay crisis, aparece la economía popular, se va la crisis y vuelve el trabajo asalariado. No es así, las tendencias tecnológicas actuales, la robotización, la inteligencia artificial, muestran que habrá una precarización y una sustitución creciente de trabajo por capital.

Tenemos diferencias en cómo definen lo económico, no se plantean la pregunta acerca de qué es lo económico, dan por supuesto que lo económico tiene que ver con la inserción en el mercado. Nosotros definimos lo económico como la organización de la producción, la distribución, la circulación y el consumo orientada a la reproducción de la vida en las mejores condiciones posibles, y esto, por ejemplo, incluye las unidades domésticas, el trabajo doméstico, el cuidado, como punto de partida. En los primeros trabajos que desarrollé en Nicaragua ya la economía doméstica aparecía como central pensando en la reproducción de la vida de los trabajadores. Acá aparece también, pero aparece con conceptos más elaborados, por ejemplo, como la economía del cuidado no solo en la familia sino también manifestada en los comedores comunitarios que se multiplicaron durante el Covid. Entonces, esta idea de que hay un principio ético, de que la economía tiene que estar al servicio de la reproducción de la vida de todas y todos, no de cada emprendimiento, sino que tiene que ser una propuesta sistémica,

incluyendo el cuidado de la naturaleza, es una propuesta fundamental de la economía solidaria. En Ecuador se habla de la naturaleza como un sujeto, que tiene su propia lógica, su propia vida y que con las políticas extractivistas se destruye. Tiene que haber una actitud restitutiva como tienen los indígenas que le devuelven a la naturaleza su productividad, por ejemplo. Esto está ausente del trabajo de estos compañeros, esta problematización sobre qué es la economía. Está muy centrado en el principio de mercado, cómo hacer que el mercado pueda ser democrático. Pero con Polanyi y con los trabajos antropológicos aprendimos que hay otros principios de organización, como el de la reciprocidad, como planteaba antes, como la red de distribución, como el comercio administrado, el comercio justo, que implican una dimensión solidaria. Pero, para que la economía no nos lleve hacia la catástrofe ecológica y social a la que nos está conduciendo el capitalismo, tiene que introducirse solidaridad en su interior. Tiene que haber formas económicas solidarias, por eso hablamos de economía popular, social y solidaria ¿Qué nos dicen los compañeros? Que somos idealistas, que la economía popular no es solidaria, cuando justamente nosotros no decimos que la economía popular sea solidaria, todo lo contrario, de base es la economía popular salvajemente competitiva del sistema capitalista. Entonces la predicción de que puede ser solidaria no es una proyección esencialista según leyes históricas pretendidamente necesarias, sino que tiene que ir acompañada, como decía Gramsci, de un programa de acción para que devenga solidaria. Parte importante de lo que hacemos y escribimos es acerca de lo qué hay que hacer, ¿cómo hacer para que haya solidaridad? Y estos compañeros ven esto como muy normativo. Para nosotros teoría y ética no son separables, pero nosotros no somos utópicos, aunque sí pensamos que es posible y deseable una sociedad distinta a la que hay, pero hay que trabajar para lograrla.

Otra diferencia importante es el sujeto. El sujeto no es la CTEP, el sujeto es el movimiento de todos los trabajadores en toda su dimensión: el campesinado, el movimiento indígena, el movimiento feminista, los movimientos religiosos, como la Teología de la Liberación o algún evangelismo, los socialismos, el ecologismo, hay una cantidad de corrientes, de movimientos ideológicos y políticos que tienen que asumir la idea de que hay que construir una economía solidaria y que sus bases son los trabajadores de todo nivel. En la actualidad, en Argentina, un maestro es pobre, recibe un salario por debajo de la línea de pobreza, pero está calificado, en general

contratado formalmente, por lo tanto, no es un pobre excluido. Hay procesos por los cuales muchos trabajadores que hoy están sobre la línea de la pobreza están cayendo bajo la línea, o están amenazados de que eso pase, son vulnerables. Entonces, hay que trabajar con esos compañeros que son parte de ese sujeto colectivo.

VM: Mencionaste a Gramsci para pensar la hegemonía y la contrahegemonía: ¿Qué posibilidades ves en las estrategias contrahegemónicas en un contexto de un profundo avance de la ultraderecha radical, del anarcocapitalismo?

JLC: Como lo dice clara y transparentemente Milei, están dando una lucha cultural. Hay una modalidad de la política que Byung-Chul Han llama la psicopolítica: no te trabajan por el lado de los intereses materiales, sino que te trabajan por el lado de los sentimientos, de las emociones, del miedo, del temor, de la falta de expectativas. La estigmatización de los *planeros*² por los trabajadores asalariados tiene que ver con esto: hay odio, no es que solamente me diferencio de él, sino que lo odio y lo hago responsable de que yo no puedo tener un mejor ingreso porque tengo que pagar impuestos para que lo asistan. Entonces hoy la lucha por la hegemonía no es la misma, no es alrededor del discurso racional, de observar cómo funciona el capitalismo y hacer la crítica. Nosotros tenemos que defender la posibilidad de un discurso racional, pero también hay que tener en cuenta que hay un ataque por las emociones. Por ejemplo, una de las emociones que manejan mucho es la de la inseguridad. El miedo a la delincuencia, el miedo al robo, el miedo a perder el trabajo. Buena parte de la población está bajo este manto de miedo. Si uno quiere plantear un proyecto alternativo en un espacio social y político atravesado por esa percepción, tiene que hacer una propuesta que ataque la incertidumbre. Que diga: esta propuesta es posible, es viable, es duradera, no es una ilusión. Porque a veces la gente dice “sí, pero eso ¿cómo va a funcionar?” Hacer propuestas eficaces que funcionen, que la gente pueda reflexionar sobre la marcha y ver que está haciendo algo eficaz para mejorar su situación, que es actor o actora con otros de ese proyecto, que no depende de que alguien gobierne para llevarlo adelante. Y darle seguridad, darle identidad y eso es parte importante de la lucha contrahegemónica. No es solo que tenga resuelto el problema del alimento, que obviamente hay que trabajar para eso, sino de pensar qué pasa con su subjetividad. Nosotros hablamos de heterotopía, no de una utopía, para visibilizar la cantidad de situaciones que

² Palavra com sentido pejorativo, usada para referir-se a pessoas que recebem ajuda ou subsídios do Estado (N.E.)

han sido resueltas por la economía popular solidaria, mostrarlas, ver que es posible y trabajar la contrahegemonía por ahí. Por supuesto también criticar la criminalidad de las propuestas de las nuevas derechas, el carácter feroz que tienen, antipopular. O la efectividad del narcotraficante que resuelve necesidades en los territorios donde el Estado y la sociedad organizada están ausentes. Eso, por supuesto, hay que hacer. Pero también en lo material, la economía tiene que mostrar que es posible otra economía, que es posible y esto se hace desde dentro del sistema capitalista, no desde afuera. Cuando quiebra una empresa, tomando la empresa y mostrando que se la puede hacer funcionar. Haciendo agricultura familiar urbana, mostrando que esos terrenos ociosos se pueden sembrar y que ahí se genera un recurso que no existía. Aquí quisiera decir algo que implica una crítica a cómo los gobiernos nacional-populares trataron a la economía popular: construir otra economía nacional sustentable con orientación popular requiere del protagonismo de los sectores populares organizados para ir construyendo otras bases materiales de la vida, lo que implica superar el asistencialismo estatista como estrategia de poder. Pero esto a su vez requiere de otra política, no centrada en la disputa por posiciones de poder estatal personales, grupales o partidarias, sino en la movilización de recursos y voluntades convergentes de la sociedad y del Estado compartiendo un proyecto de transformación ambicioso pero posible, creíble. Requiere, por ejemplo, reconocer que es necesario planificar, coordinar acciones, y permitir que surjan múltiples liderazgos desde las bases de la sociedad. Que hay que avanzar con grandes proyectos que se apoyen en el cambio inmediatamente perceptible de la vida cotidiana. Por ejemplo, concertar en cada territorio la articulación de formas de autosuficiencia local de lo básico, buscando sinergia en avances hacia la resolución simultánea de necesidades de salud, educación, infraestructura, seguridad, inserción laboral, entre otras, combinando el trabajo autónomo asociado de las bases con el aporte de cuadros técnicos de los institutos, de las universidades, de los sindicatos, del aparato de Estado. O sea, mostrar las posibilidades que hay en la realidad, afirmar valores, pero sobre la base firme de que se pueden resolver los problemas cotidianos. Enfrentamos una transición epocal en que se despliegan fuerzas gigantescas con proyectos geopolíticos, incluso apelando a acciones militares en la pugna por recursos a nivel global. Hay que participar en las respuestas a esas fuerzas, pero para evitar caer en la desesperanza y la sensación de impotencia, en una

debilidad subjetiva que favorece la manipulación desde las estructuras de poder, hay que trabajar desde la base. La lucha empieza no tanto por la estratósfera de qué es el mundo, qué es la vida, qué soy yo, sino por la vida cotidiana, por la crítica a la vida cotidiana del capitalismo. La solidaridad no es solo resultado de una conversión de valores, también hay una motivación utilitaria en busca de resultados materiales concretos.

Recebido: 31 jul. 2025.

Aceito: 18 nov. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)